

CURSO DE ENFERMAGEM

Bruna Finkler

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A
APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO
INTERIOR DO RS**

Santa Cruz do Sul
2017

Bruna Finkler

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A
APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO
INTERIOR DO RS**

Monografia apresentada ao Curso de Enfermagem da
Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do
título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof^a. Enf^a. Ms. Micila Pires Chielle.

Santa Cruz do Sul
2017

BRUNA FINKLER

**O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A
APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO
INTERIOR DO RS**

Esta monografia foi submetida ao Curso de Enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Prof^a. Ms. Micila Pires Chielle

Professor Orientador – UNISC

Prof^a. Dr^a. Liane Teresinha Schuh Pauli

Professor examinador – UNISC

Prof^a. Ms. Maitê da Silva Lima

Professor examinador – UNISC

SANTA CRUZ DO SUL

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro momento a Deus por todas as bênçãos e proteção e por guiar meus passos.

À minha querida professora orientadora Micila, pela paciência e dedicação prestadas durante a construção deste trabalho e por instigar a busca de conhecimento.

Aos meus pais e meu irmão por serem exemplos de vida e de seres humanos. Agradeço por permitirem que eu chegasse até aqui, por todo o incentivo e apoio prestados ao longo destes anos, em vocês eu encontrei forças para aqui chegar.

Ao Fábio, meu companheiro e amigo por todo o apoio prestado.

A minha amiga Danieska por toda a ajuda e compreensão prestadas desde sempre.

Aos meus colegas de curso e amigos por tornarem meus dias mais agradáveis.

À Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e aos professores do Curso de Enfermagem desta instituição, responsáveis por toda minha formação profissional.

Aos trabalhadores rurais participantes do estudo, que permitiram registrar suas atividades. Sem vocês esta pesquisa não seria possível.

E a todos que de alguma forma colaboraram para a realização deste estudo...

RESUMO

A fumicultura é uma das principais fontes de renda da agricultura familiar devido a garantia de comercialização de sua produção. No entanto, o uso abusivo de agrotóxicos e a elevada demanda de mão de obra são características do plantio que permitem questionar os benefícios da fumicultura. Estes produtos químicos apresentam risco à saúde humana, mas principalmente aos trabalhadores rurais. O presente trabalho objetivou investigar o uso, a frequência e o tipo de EPI utilizado durante a aplicação de agrotóxicos por trabalhadores rurais do município de Arroio do Tigre/RS e tratou-se de um estudo exploratório descritivo de abordagem qualitativa, com 14 trabalhadores rurais. Os dados foram analisados através do método de Análise de Conteúdo e a análise de dados demonstrou que a maioria dos entrevistados foi do sexo masculino (93%), e a faixa etária que predominou foi acima dos 41 anos (63%). A escolaridade que prevaleceu foi o ensino fundamental incompleto (57%), o que pode dificultar a compreensão destes agricultores quanto ao uso correto dos EPI's devido ao acesso e compreensão das informações. Dos entrevistados, a maioria (63%) iniciou suas atividades na agricultura ainda na infância elevando assim, o tempo de exposição aos agrotóxicos. Evidenciou-se ainda que todos os estudados (100%) fazem uso inadequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) não realizando as medidas de prevenção adequadas no manuseio de agrotóxicos. Sendo assim, notou-se que todos os entrevistados (100%) demonstraram-se conscientes quanto à necessidade da utilização correta dos EPI's para a saúde, porém não as fazem devido ao desconforto da utilização dos equipamentos ou por falta de informação. Consideramos desta forma, a necessidade de sensibilização e educação para a saúde oferecendo aos trabalhadores as informações sobre as graves consequências do uso de agrotóxicos para a saúde humana.

Palavras-chave: Agrotóxicos. EPI's. Trabalhadores rurais. Educação em saúde.

ABSTRACT

The tobacco farming is one of the main sources of family agriculture's income due to the guarantee of commercialization of its production. However, the abusive use of agrochemicals and the high demand for manpower are characteristics of the planting that allows to question the tobacco farming's benefits.

these chemicals present a risk to human health, but especially to rural workers. The current study's objective was to analyze the use, the frequency and the type of PPE used during the application of pesticides by rural workers in the city of Arroio do Tigre/RS and it was about an exploratory descriptive study of qualitative approach, with 14 rural workers. The data were analyzed using the Content Analysis method and data analysis showed that the majority of respondents were male (93%), and the predominant age group was over 41 (63%). The schooling that prevailed was incomplete primary education (57%), which can be difficult for farmers to understand the correct use of PPE due to the access and understanding of information. From the interviewees, the majority (63%) started their activities in agriculture during their childhood, thus increasing the exposure time to pesticides. It was also evidenced that the studied ones (100%) make inadequate use of the Personal Protective Equipments (PPE's) not carrying out the appropriate prevention measures in the handling of pesticides. Thus, it was observed that all interviewees (100%) were aware of the need to use PPE correctly for health, but did not want to use it due to the discomfort of using the equipment or lack of information. In this way we consider the need for awareness and education for health, offering workers information about the serious consequences of the pesticide's use to the human health.

Key words: Agrochemicals, PPE's, rural workers, health education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Argumentos favoráveis ao uso de agrotóxicos.....	12
Quadro 2 –	Argumentos contra uso de agrotóxicos	13
Quadro 3 –	O perfil dos trabalhadores entrevistados (n=14).....	24
Quadro 4 –	O histórico ocupacional dos trabalhadores agrícolas entrevistados (n=14).....	25
Quadro 5 –	Os agrotóxicos e o uso de EPIs (n=14)	27
Quadro 6 –	A saúde dos trabalhadores e os agrotóxicos (n=14)	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESF	Estratégia de Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PND	Plano Nacional do Desenvolvimento
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	12
2.1	Agricultura de Subsistência e Familiar.....	12
2.2	Aspectos relevantes dos agrotóxicos.....	13
2.2.1	Definição e classificação dos agrotóxicos.....	15
2.2.2	As principais vias de absorção dos agrotóxicos.....	16
2.2.3	Equipamentos de Proteção Individual, os (EPIs).....	17
2.2.4	Os agrotóxicos e os prejuízos para a saúde humana	18
3	METODOLOGIA.....	21
3.1	Tipo de estudo	21
3.2	Local da pesquisa	22
3.3	Sujeitos do estudo.....	22
3.4	Instrumento para coleta de dados	23
3.5	Aspectos Éticos	23
3.6	Análise dos dados.....	24
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	25
4.1	Perfil dos sujeitos entrevistados	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
6	REFERÊNCIAS.....	36
7	ANEXOS E APÊNDICES	40
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	40
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	41
7.1	ANEXO A – CARTA DE ACEITE.....	43
7.2	ANEXO B – Parecer do CEP.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada em um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul o qual visa analisar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a aplicação de agrotóxicos em suas produções de tabaco. O estudo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem pela Universidade de Santa Cruz do Sul/ UNISC.

Embora a importância das atividades agrícolas para a sustentabilidade mundial, percebe-se pouco interesse em estudos de saúde e segurança. O maior interesse está em desenvolver novas tecnologias para incrementar a produção há um baixo custo, geralmente desconsiderando os aspectos à saúde e segurança do produtor e da população em geral.

Os agrotóxicos pertencem à classe dos produtos químicos e são também denominados de remédios de planta, defensivos agrícolas, veneno, pesticidas, praguicidas. Estas substâncias tem por finalidade a proteção dos produtos agrícolas e são utilizadas para controle de pragas e doenças de plantas (PERES; MOREIRA, 2003; BRAIN & COMPANY; GAS ENERGY, 2014).

A utilização em larga escala destes produtos químicos podem causar sérios danos à saúde humana, animal e vegetal. A população em geral está exposta a esses produtos, tanto através de resíduos em alimentos quanto de contaminação ambiental ou acidental em maior exposição destacam-se as famílias dos agricultores e a população circunvizinha a uma unidade produtiva (MELO; GONÇALVES, 2014).

Segundo Alves Filho (2002), o crescimento anual do consumo de agrotóxicos entre os anos de 1993 e 1998 foi de 4% na América do Norte, 4,6 % na Europa Ocidental e 5,4% na América Latina. Já no Brasil chegando um aumento espantoso de 6,7% e o que mais vem preocupando é a falta de controle público sobre o tema além da escassez de informações sobre o grau de contaminação dos solos e águas.

Os agrotóxicos são substâncias nocivas e devem ser utilizadas com cuidado. Sendo assim é imprescindível o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) pelas pessoas que fazem seu manejo e são de extrema

importância os cuidados voltados para a proteção ambiental (MESQUITA FILHO; PEREIRA, 2001).

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI'S) tem papel fundamental na proteção individual do trabalhador rural, são os responsáveis por amenizar o contato entre veneno e trabalhador.

O interesse por essa temática surgiu na graduação durante a disciplina de Enfermagem em Saúde do Trabalhador do curso de enfermagem da Universidade de Santa Cruz do Sul. Além disso, a região a ser pesquisada é a de origem da pesquisadora, o que favorece o acesso aos dados e a qual tem a agricultura como principal fonte de renda e de subsistência, com utilização intensa de agrotóxicos, onde a realidade do trabalho dos agricultores é a não adesão aos equipamentos de proteção individual, o que pode causar intoxicações com necessidade de internações hospitalares ou atendimentos ambulatoriais, causando mais gastos com a saúde pública para tratamento das doenças e sérias consequências para a saúde e o meio ambiente.

Assim, este estudo tem como objetivos investigar o uso, a frequência e o tipo de EPI utilizado durante a aplicação de agrotóxicos por trabalhadores rurais em uma cidade na região central do RS, traçar o perfil destes trabalhadores, analisar se há uso de agrotóxicos nas propriedades rurais do município, identificar se há patologias ou sintomas relacionados ao uso do agrotóxico bem como conhecer o acesso a informação sobre o tema por parte dos trabalhadores.

A relevância deste estudo deve-se ao fato da falta de conscientização sobre o uso dos EPIs por parte dos trabalhadores rurais por serem também o grupo populacional mais vulnerável aos riscos de exposição destes produtos químicos, é notável a falta de políticas públicas que objetive melhorar a saúde e a qualidade de vida destes trabalhadores, devido aos riscos em que estão expostos, somente somando esforços de diversos segmentos haverá efetividade diante desta problemática.

2 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

2.1 Agricultura de Subsistência e Familiar

Conceitua-se agricultura familiar todo trabalho agrícola, administrado por uma família. Suas atividades são designadas a produção para a subsistência. Todos os integrantes incluindo o chefe dedicam seu tempo para as atividades do empreendimento. As famílias não necessitam de área privada, elas podem trabalhar também em áreas arrendadas, pois são consideradas empresas familiares (MELICZEK, 2003).

A agricultura de subsistência é mais conhecida como um sistema de produção agrícola destinado a atender as necessidades de sobrevivência do agricultor e sua família. Ocorre uma grande utilização da mão de obra - tração animal e força humana- recursos pouco desenvolvidos. Dificilmente são utilizadas outras tecnologias, como maquinário agrícola, assim, a produção diminuí comparada com grandes produtores que utilizam outros meios de trabalho para maior produtividade. A monocultura conceitua-se como produção de apenas uma especialidade, como feijão, por exemplo, já a policultura é a produção de diversos produtos agrícolas como batata doce, milho, aipim, entre outros (LIMA, 2007).

Segundo Moura, Peiper e Reis (2007) notam-se a importância da agricultura familiar para o país, pois são esses produtores os maiores responsáveis pela produção de produtos para a alimentação no mercado interno, enquanto grandes produtores produzem somente cultivos que interessam ao mercado internacional. Sendo assim, é necessário que esta seja compreendida com maior responsabilidade pela sociedade em geral, assim podendo cumprir seu papel com dignidade e garantindo o futuro das novas gerações.

Assim, a agricultura familiar apresenta vantagens, como grande produtividade do trabalho, distribuição de tarefas flexível e de acordo com horários disponíveis, motivação elevada e estímulo para iniciativa privada. Algumas desvantagens também são percebidas nas empresas familiares, bem como o alto custo para aquisição de maquinário para ampliar a produção, alto

custo para transporte, transação e comercialização dificultada comparada a produção familiar de um grande produtor, sucesso irregular de trabalho, observados por períodos de muito trabalho e extrema exaustão física e psíquica, intercalados com épocas de pouca produtividade (FIALHO; GARCIA, 2003).

2.2 Aspectos relevantes dos agrotóxicos

Há registros de que a utilização de substâncias químicas era utilizada como controle de pragas e doenças de plantas desde a Antiguidade Clássica em meados de VIII a.C, e para tanto, utilizavam-se compostos inorgânicos à base de flúor, arsênio, mercúrio, selênio, chumbo, bórax, sais de cobre e zinco, os quais denominaram-se de primeira geração, a maioria destes não é mais utilizada devido a grande toxicidade humana e animal e elevada persistência no ambiente, podendo inclusive inibir o crescimento de plantas (ALVES FILHO, 2002).

A utilização de agrotóxicos inicia-se mais densamente na agricultura em meados de 1920, nesta época foram conhecidos através de sua toxicidade, utilizado durante a Segunda Guerra Mundial como arma química, sendo seu uso expandido extraordinariamente a partir de então, chegando à produção industrial mundial atingir dois milhões de toneladas de agrotóxicos por ano (OPAS/OMS, 1997; MESQUITA FILHO, PEREIRA 2011).

Ainda segundo OPAS/OMS (1997), no Brasil passaram-se a utilizar agrotóxicos na agricultura mais intensivamente a partir da década de 1960, foram ainda utilizados em programas de saúde pública, durante o combate a vetores e o controle de parasitas.

Em 1975, o Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) foi o responsável pela abertura do comércio internacional de produtos químicos no Brasil, e determina que para o agricultor adquirir recursos do crédito rural deveria utilizar uma cota definida de agrotóxicos, o que somava à publicidade dos fabricantes com isso amplia e dissemina a utilização dos destes produtos no país (OPAS/OMS, 1997).

Ainda na atualidade, indústrias químicas recebem apoio de governos, especialmente por meio de isenções fiscais, sobretudo, os custos sociais, sanitários e ambientais aumentam devido ao uso intenso de agrotóxicos para a recuperação de áreas contaminadas, tratamento de intoxicações por afastamentos e aposentadorias por invalidez de produtores rurais, além disso danos famílias são causados por óbitos decorrentes da utilização de venenos (ABREU; ALONZO, 2014).

Segundo Alves Filho (2002), podemos notar que existem argumentos favoráveis e não favoráveis ao uso de agrotóxicos.

QUADRO 1 - ARGUMENTOS FAVORÁVEIS AO USO DE AGROTÓXICOS	
Salvam Vidas	Controle de doenças transmitidas por vetores.
Aumentam a disponibilidade de alimentos, reduzindo seu custo.	Se herbicidas usados largamente na cultura do milho, fossem eliminados, diminuiria em torno de 8%/ano a produção, o que ocasionaria aproximadamente 31% de aumento nos valores.
Aumentam a lucratividade dos produtores rurais	42% da produção alimentícia é destruída por pragas e doenças que atacam a produção antes e depois da colheita nos EUA.
É a opção mais rápida e eficiente dentre outras alternativas	Funcionam mais efetivamente no controle de pragas de forma mais rápida, a menores custos, com relativo efeito residual, apresenta segurança se aplicado adequadamente.
Produtos mais eficientes e seguros estão constantemente sendo desenvolvidos	Avanços de técnicas da engenharia químicas genética e biotecnologia melhoram a eficiência dos produtos.

Fonte: Alves Filho, 2002.

QUADRO 2 - ARGUMENTOS CONTRA USO DE AGROTÓXICOS	
Desenvolvimento da resistência genética	Os insetos principalmente podem desenvolver resistência genética a qualquer substância química, pelo processo de seleção natural, tornando-se imunes a venenos.
Morte de inimigos naturais	As substâncias matam não somente os alvos, mas também os predadores naturais, esses que mantem os níveis razoáveis das pragas.
O círculo vicioso	Na medida em que surgem resistências

	genéticas, surgem também recomendações de aplicações mais frequentemente e maiores doses ou troca de produto, para manter o controle sobre espécies resistentes.
Mobilidade ambiental	Apenas 10% de venenos aplicados nas produções atingem o objetivo alvo. Pequenas concentrações de vários tipos de agrotóxicos são encontrados em águas, por exemplo.
Ameaças a vida silvestre	A cada ano 20% das abelhas, por exemplo, são mortas por ação de agrotóxicos nos EUA.
Ameaças a saúde humana a curto prazo	Ao menos 323.000 dos 7 milhões de trabalhadores rurais americanos são acometidos anualmente por doenças devida exposição ocupacional.
Ameaças a longo prazo á saúde humana	Em 1987, a Academia Nacional de Ciências, reproduziu que os ingredientes ativos em 90% de todos os fungicidas, 60% dos herbicidas e 30% dos inseticidas utilizados nos EUA poderiam originar cânceres em humanos.

Fonte: Alves Filho, 2002.

2.2.1 Definição e classificação dos agrotóxicos

Agrotóxicos, segundo a Lei Federal nº 7.802 de 1989, regulamentados pelo Decreto nº 98.816, no seu artigo 2º, Inciso I, são definidos como:

“os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;” (BRASIL, 1989).

Conforme a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2011), órgão de normatização, controle, regulamentação e fiscalização da vigilância sanitária no Brasil, os agrotóxicos são classificados em classes de perigo para

a saúde. Cada uma dessas quatro classes é representada por uma cor no rótulo e na bula do produto.

Por decisão judicial, os produtos precisam apresentar, em seus rótulos, uma tarja colorida indicativa de sua classe toxicológica: Classe I Extremamente tóxicos – recebe a tarja vermelha, Classe II Altamente tóxicos - tarja amarela, Classe III Medianamente tóxicos - tarja azul, Classe IV Pouco tóxicos - tarja verde (BRASIL, 2006).

A falta de conhecimento do trabalhador rural sobre a diferenciação de cada classe de toxicidade dos agrotóxicos faz com que o mesmo se descuide ao utilizar estes produtos, não distinguindo produtos pouco de extremamente tóxicos, e conseqüentemente, há pouca preocupação em adotar medidas de biossegurança (MELO; GONÇALVES, 2014).

2.2.2 As principais vias de absorção dos agrotóxicos

A exposição a venenos pode ocorrer direta - ocorre quando o produto entra em contato direto com a pele, olhos, boca ou nariz- ou indiretamente - ocorre quando as pessoas, que não estão aplicando ou manuseando produtos, entram em contato com plantas, alimentos, roupas ou qualquer outro objeto contaminado. Sendo as principais vias de contato: ambiental, ocupacional e alimentar, sendo a ocupacional a responsável por 80% dos casos de intoxicações (MESQUITA FILHO, PEREIRA 2011). A presença de agentes químicos no ambiente de trabalho expõe o trabalhador a riscos de intoxicações do organismo através de quatro vias, a respiratória, cutânea ou dérmica, digestiva ou oral e parenteral (CARVALHO, 2014).

A demanda cada vez maior de uso dos agrotóxicos vem despertando atenção crescente, segundo as publicações mais recentes da Organização Internacional do Trabalho/Organização Mundial da Saúde (OIT/OMS), atualmente os agrotóxicos são a principal causa de 70 mil intoxicações agudas e crônicas, que evoluem para óbito e aproximadamente 7 milhões de doenças agudas e crônicas não fatais, devido ao uso abusivo e inadequado de produtos químicos (ASCARI; SCHEID; KESSLER, 2012).

Um estudo realizado em Pelotas (RS) por Silva et al.(2013) apontou que os trabalhadores rurais tem um conhecimento superficial dos problemas relacionados a saúde em que estão expostos durante suas atividades laborais, sendo assim, os EPIs são pouco aceitos por estes trabalhadores que alegaram seu uso desconfortável. O uso correto do EPI protege o trabalhador que utilizam agrotóxicos, minimizando os riscos de intoxicações decorrentes da exposição dérmica, inalatória, oral e ocular (BRASIL, 2013).

2.2.3 Equipamentos de Proteção Individual, os (EPIs)

Os EPIs têm como objetivo proteger a saúde do trabalhador que faz uso de agrotóxico e minimizar os riscos ocasionados através da exposição a esse produto, como por exemplo, prevenir intoxicações. O trabalhador necessita fazer o uso adequado dos EPIs para a atividade que irá exercer, eles precisam estar bem conservados, para a efetiva função do mesmo minimizando a exposição a produtos de alta periculosidade (ANDEF, 2003).

Os Agrotóxicos são produtos químicos empregados no combate a pragas nas lavouras, a intensificação do seu uso ocorreu em decorrência do desenvolvimento da indústria química e devido a busca incessante de produtividade. Estas são substâncias venenosas por isso devem ser utilizadas com prudência. Por consequência, é obrigatório que se faça o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para fazer seu manuseio, e proteção ambiental (FILHO; PEREIRA, 2011).

Segundo a Norma Regulamentadora nº6 (NR-6), considera-se Equipamento de Proteção Individual – EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à sua própria proteção dos riscos suscetíveis e que ameaçam a segurança e a saúde do trabalho.

Segundo Souza (2016) a (NR-31) Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, tem por objetivo a organização no ambiente de trabalho dos mesmos para o desenvolvimento adequado de suas atividades, e prevê os seguintes itens:

Cabe ao empregador rural ou equiparado:

l) Tomar medidas de avaliação e gestão dos riscos com a determinada ordem de prioridade:

1. Eliminação dos riscos;
2. Controle de riscos na fonte;
3. Redução do risco ao mínimo através da introdução de medidas técnicas ou organizacionais e de práticas seguras inclusive através de capacitação;
4. Adoção de medidas de proteção pessoal, sem ônus para o trabalhador, de forma a complementar ou caso ainda persistam temporariamente fatores de risco.

Cabe ao trabalhador:

- a) Cumprir as determinações sobre as formas seguras de desenvolver suas atividades, especialmente quanto às Ordens de Serviço para esse fim;
- b) Adotar as medidas de proteção determinadas pelo empregador, em conformidade com esta Norma Regulamentadora, sob pena de constituir ato faltoso a recusa injustificada;
- c) Submeter-se aos exames médicos previstos nesta Norma Regulamentadora;
- d) Colaborar com a empresa na aplicação desta Norma Regulamentadora (SOUZA, pg 24).

Pesquisas realizadas com agricultores de Santa Cruz do Sul/RS relatam que há deficiência no sistema de informação com relação aos riscos causados pela exposição aos agrotóxicos. Revelam que o uso do agrotóxico é uma exigência da produção. Eles apresentam sensações e sintomas desagradáveis que geralmente são percebidos quando os mesmos se expõem ao veneno ou ainda com a folha do tabaco. Também, apresentam grande desconforto quando precisam ingressar em uma lavoura molhada, com sol quente. Mas, ainda assim, não fazem uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Há ainda agricultores que não acreditam que os agrotóxicos possam ser maléficos para a saúde, e sendo assim eventualmente usam os EPIs, estes são trabalhadores que utilizam os venenos há mais tempo (FIALHO; GARCIA, 2003).

2.2.4 Os agrotóxicos e os prejuízos para a saúde humana

O Ministério da Saúde apresenta que a fumicultura expõe os seus trabalhadores a inúmeros riscos devido a elevada aplicação de insumos agrícolas, necessários para combater as pragas, ervas invasoras e doenças

causadas por fungos que impedem e prejudicam o crescimento e a colheita da planta (BRASIL, 2008).

Os efeitos sobre a saúde podem aparecer de duas formas: 1) como efeito agudo – até 24 horas após a exposição; 2) forma crônica – resultantes de exposição continuada (RANGEL, ROSA E SARCINELLI, 2011).

Para Moreira and Dubois (2003) os efeitos agudos são os mais visíveis, na fase aguda podem apresentar sintomas bem marcantes como: espasmos musculares, convulsões, náuseas, desmaios, vômitos e falta de ar. Já a sua forma crônica, podem demorar, semanas, meses, anos e gerações para surgir, sendo assim, muitos casos podem ser confundidos ou não relacionados ao agente causador.

O uso indiscriminado de agrotóxicos tem acarretado uma gama de implicações indesejáveis para seres humanos, em geral, os riscos para a saúde humana decorrentes da exposição a agrotóxicos são desenvolvimento de câncer, malformações e danos para o sistema nervoso e funcionamento do sistema endócrino (RANGEL, ROSA E SARCINELLI, 2011).

Já Siqueira e Kruse (2008) trazem que o efeito nocivo do uso de agrotóxicos para a saúde humana têm gerado diversas discussões e estudos, estes tem detectado a presença de substâncias em amostras de sangue a até mesmo no leite materno, em alimentos que são consumidos pela população estes apontando a possibilidade de anomalias congênitas, de câncer, de doenças mentais, disfunções na reprodutividade humana relacionada ao uso de venenos.

Muito além da exposição aos agrotóxicos, são também os riscos que exercem influência danosa a saúde do agricultor: acidentes com animais, acidentes com ferramentas, máquinas e implementos, exposição a ruídos e vibrações, às radiações solares, às partículas de grãos, a agentes infecciosos e parasitários, entre outros, ocasionando doenças/agravos como câncer de pele, câibras, síncope, exaustão por calor, envelhecimento precoce, câncer de pulmão, intoxicações, lombalgias, agravos psicossociais, aumento da pressão arterial, distúrbios do sono, bronquite crônica, asma, pneumonias, e, nos casos de gravidez, má- formação fetal e abortos. Sendo assim, muitos são os riscos que os trabalhadores estão sujeitos em decorrência de seu trabalho, que

podem ser classificados em: físicos; biológicos, ergonômicos, psicossociais, mecânicos e de acidentes (FIALHO; GARCIA, 2003).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de abordagem qualitativa objetivando contemplar a problemática deste estudo.

O estudo exploratório para Prodanov e Freitas (2013), tem por finalidade proporcionar maior número de informações sobre o assunto pesquisado, promovendo maior facilidade na delimitação do tema abordado, de tal modo melhor fixando os objetivos que buscam ser atingidos e facilitando ainda a formulação de hipóteses, tornando possível um novo tipo de enfoque para o assunto. Por possuir um planejamento flexível, o estudo do tema permite a observação de vários pontos cruciais, é utilizado geralmente com pessoas que tenham experiências práticas com o problema em questão.

Este tipo de estudo possui vantagens como pode toda a população participar sejam elas analfabetos ou alfabetizados, pois o autor da pesquisa pode repetir e esclarecer perguntas, reformular, esclarecer, garantindo que está sendo compreendido, oportuniza avaliar dados relevantes e significativos não encontrados em fontes documentais permitem que os dados sejam qualitativos (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Por fim segundo os autores acima, as limitações encontradas neste tipo de entrevista são: maior dificuldade de expressão e da própria comunicação tanto do entrevistado como do entrevistador, incompreensão do informante com relação ao significado das questões, há a possibilidade do entrevistado ser de alguma maneira influenciado consciente ou inconscientemente pelo autor da pergunta, disposição ou indisposição do entrevistado em dar as informações claras ou de ocultar dados importantes receando sua exposição.(MARCONI; LAKATOS, 2008).

Já para Ferreira (2011), a pesquisa descritiva tem por objetivo caracterizar a população através da descrição das variáveis em estudo, sem formar relação entre tais. Estudos exploratório-descritivos combinados tem por objetivo descrever por completo tal fenômeno (MARCONI, LAKATOS, 2008).

O método qualitativo se aplica ao estudo da história, relações, crenças, percepções, representações e opiniões, das interpretações que as pessoas fazem a respeito de como vivem, produzem seus artefatos e a si mesmos, pensam e sentem (MARCONI; LAKATOS, 2008).

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no município de Arroio do Tigre o qual possui área territorial municipal total de 319km², distante 251km da capital Porto Alegre. É composto por 12.648 habitantes, destes 6.686 residem na área rural e 5.962 residem em área urbana. O município possui grande diversidade econômica e cultural.

Sua economia é baseada na produção agrícola e industrial onde se destacam a fabricação de aberturas e móveis sob medida, metalúrgicas, olarias, malharias e fabrica de calçados e biscoitos. Já a agricultura é baseada na produção de fumo, soja, milho, feijão; além de leite, suíno (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE, 2017).

Segundo o Plano Municipal de Saúde o município conta com um posto de saúde sede e três Estratégias e Saúde da Família (ESF), sendo uma “Saúde para todos” localizada no bairro industrial, “Vida e saúde” com sede em Linha Ocidental e abrange Linha Taquaral e Vila Progresso e “Unidos pela saúde” com sede em Sitio Alto o qual abrange Coloninha e Taboãozinho.

3.3 Sujeitos do estudo

Os sujeitos do estudo foram agricultores residentes do município de Arroio do Tigre/RS que possuem cadastro na ESF- “Unidos pela saúde” da área rural.

Neste estudo, os critérios de inclusão dos sujeitos foram: ser maior de 18 anos de idade, residir no município, fazer uso de agrotóxicos, estar desenvolvendo atividades agrícolas no momento da pesquisa e aceitar participar voluntariamente da pesquisa.

A amostra de participantes para este estudo foi estipulada em torno de 20 indivíduos, mas, no entanto foram entrevistados 14 trabalhadores devido a um fenômeno natural que ocorreu dias antes da entrevista onde os agricultores tiveram suas bem-feitorias danificadas bem como parte de sua produção agrícola causando assim transtornos para os trabalhadores desta forma os mesmos estavam reorganizando suas propriedades.

3.4 Instrumento para coleta de dados

Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semi-estruturada composta por questões abertas e fechadas (APÊNDICE A) sobre o perfil do sujeito e sua atividade de trabalho, tema central da pesquisa. O estudo foi realizado através de uma conversa profissional com os estudados por meio de uma visita domiciliar a fim de obter informações do assunto principal.

A entrevista é semi-estruturada aquela que combina perguntas abertas e fechadas, em que o pesquisado tem a oportunidade de discorrer sobre o tema em questão (MINAYO, 2007).

Conforme Leopardi (2002), a entrevista na investigação qualitativa é um recurso importante e pode ser estabelecido de diversas maneiras, para tanto é vista como um encontro social. A entrevista tem como vantagem essencial de que são os próprios atores sociais que ajustam os dados relativos às suas condutas, opiniões, desejos e expectativas, coisas que, pela sua própria natureza, é impossível perceber de fora. Ninguém melhor para falar sobre aquilo que sente e pensa do que a própria pessoa que vivencia.

3.5 Aspectos Éticos

O projeto da pesquisa foi submetido ao CEP/UNISC sendo aprovado sob o parecer nº 74347517.2.0000.5343 sendo assim, pessoas foram convidadas à participar da pesquisa por livre e espontânea vontade com a liberdade de recusar ou aceitar a sua participação. Além disso, os sujeitos foram informados acerca dos objetivos da pesquisa, a relevância do estudo e ainda a forma de coleta dos dados, mantendo sigilo e anonimato sobre os dados a serem

informados, respeitando os seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos como também os hábitos e costumes, conforme estabelece a Resolução 466/12, sobre a pesquisa com seres humanos. Aos voluntários que aceitaram participar da pesquisa foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) - (APÊNDICE B), com base na resolução nº 466/12 do CEP com seres humanos.

O TCLE assegura o direito do sujeito da pesquisa ter esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que vierem a surgir com relação à pesquisa, assegurando aos participantes sigilo e anonimato, para estes serão empregado nomes fictícios. A coleta de dados ocorreu, somente, após a aprovação pelo comitê de ética da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a assinatura do TCLE pelo voluntário e pelo pesquisador, em duas vias, ficando com uma cópia o sujeito da pesquisa e a outra com o pesquisador. Após o término da coleta de dados estes documentos serão guardados por cinco anos, em seguida serão incinerados, a contar da data da coleta dos dados. Os dados coletados foram utilizados para contemplar os objetivos da pesquisa e pretende-se publicar os mesmos através de artigos em revista científica.

3.6 Análise dos dados

Por meio da análise dos dados através das entrevistas, foi gravada e realizada a transcrição, a leitura e a interpretação dos dados utilizando o método de análise de conteúdo.

Segundo Minayo (2007) a análise de conteúdo faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais, esta análise pode ser dividida em três etapas sendo que a primeira etapa consiste na pré-análise do material a ser avaliado, a segunda etapa é a exploração deste material e a terceira etapa é a interpretação e resultados dos dados analisados minuciosamente, de forma a reduzir o texto em esclarecimentos significativos.

Para Minayo (2007) a Análise de Conteúdo é o método mais utilizado para a análise de dados em pesquisa qualitativa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Após as entrevistas, as mesmas foram transcritas e cuidadosamente analisadas a fim de definir categorias para a análise do conteúdo e que contemplassem os objetivos da pesquisa. Desta forma, as categorias de análise foram divididas em: Perfil dos trabalhadores entrevistados; Histórico ocupacional dos trabalhadores agrícolas entrevistados; Os agrotóxicos e o uso de EPIs; A saúde dos trabalhadores.

Assim foi realizada a interpretação e análise dos dados, sendo estes relacionados e embasados em referenciais teóricos.

4.1 Perfil dos sujeitos entrevistados

A amostra estudada compõe-se de 14 trabalhadores rurais da área rural do município de Arroio do Tigre/RS desenvolvendo suas atividades em lavouras de tabaco. Os resultados da análise descritiva são apresentados no Quadro 3, onde foi feito um levantamento do perfil dos entrevistados enfatizando dados sociodemográficos como idade, sexo, estado civil, número de filhos, escolaridade.

Quadro 3 – O perfil dos trabalhadores entrevistados (n=14)

VARIÁVEL	N	%
Sexo		
M	13	93%
F	1	7%
Faixa etária		
21-30	4	29%
31-40	1	7%
41-50	3	21%
51-60	3	21%
61-65	3	21%
Estado civil		
Casado	8	57%
Solteiro	3	21%
União Estável	2	14%
Viúvo	1	7%
Nº de filhos		
3	5	36%
2	4	29%
1	3	21%
0	2	14%
Escolaridade		
Ensino Fundamental Incompleto	8	57%
Ensino Fundamental Completo	2	14%

Ensino Médio Incompleto	1	7%
Ensino Médio Completo	1	7%
Analfabeto	2	14%

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A amostra deste estudo compõe-se em 93% (13) dos pesquisados do sexo masculino e 7% (1) do sexo feminino. Com relação ao estado civil, identificou-se que a maior parte dos entrevistados (57%) são casados. A faixa etária variou de 21 a 65 anos, com média de idade 46 anos, sendo predominante a faixa de 50 – 65 anos de idade 50% (7) o que demonstra uma faixa etária elevada, evidenciando desinteresse dos jovens pela agricultura (AGOSTINETTO et al., 2000).

Segundo Almeida et al (2012), em estudo realizado em Ponta Grossa observou-se um predomínio maior de agricultores com idade acima de 40 anos, pode-se pensar que esta profissão foi herdada de seus pais, enquanto os mais jovens podem estar procurando alternativas de trabalho fora do campo.

Quanto ao número de filhos o que prevaleceu entre as famílias, foram 3 filhos em 36% (5) dos entrevistados. Segundo Agostinetti et al. (2000), que estudou a caracterização da fumicultura no município de Pelotas/RS as famílias de fumicultores possuem força de trabalho suficiente já que a média do número de filhos por casal foi três.

O nível de escolaridade de maior predomínio foi o ensino fundamental incompleto com um total de 57% (8) dos trabalhadores da população estudada. Dados semelhantes a este são encontrados no estudo de Casali et al (2015) realizado na região central de municípios do RS, e diz que a escolaridade destes trabalhadores não permite correlações do conhecimento quanto ao manejo correto dos agrotóxicos, tendo em vista a dificuldade da leitura dos rótulos das embalagens e dificultando também o entendimento da conscientização dos riscos de exposição dos mesmos.

Abaixo, no quadro 4 estão descritos os dados do histórico ocupacional dos trabalhadores entrevistados

Quadro 4 – O histórico ocupacional dos trabalhadores agrícolas entrevistados (n=14)

VARIÁVEL	N	%
Tipo de vínculo trabalhista		
Proprietário	10	71%
Arrendatário	2	14%
Temporário	1	7%
Proprietário/arrendatário	1	7%
Tempo de trabalho como agricultor		
8 a 20 anos	4	28%
21 a 30 anos	1	7%
31 a 40 anos	3	21%
41 a 50 anos	2	14%
51 a 60 anos	4	28%
Gosta do trabalho		
Sim	13	93%
Não	1	7%
Utiliza agrotóxico		
Sim	14	100%
Não	0	0

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Cabe citar que conforme Ferreira (1999), arrendatário é a pessoa que aluga uma propriedade rural para fins de produção agrícola, bem como temporário é quem faz o trabalho provisório, ou que não seja definitivo.

Assim, dos entrevistados 71% (10) eram proprietários das terras em que trabalhavam. Dados semelhantes são encontrados no estudo de Faria, Rosa e Fachini (2009), no município de Bento Gonçalves/RS, onde aproximadamente 88% dos trabalhadores eram proprietários e o restante arrendatário e assalariados.

Observou-se ainda uma média de idade de tempo de trabalho como agricultor de 36 anos, o que identifica que a maior parte dos trabalhadores iniciaram suas atividades ainda crianças ou adolescentes comparando idade e tempo de trabalho. Neste sentido um estudo realizado na cidade de Agudo por Marin et al. (2012) destaca a importância do trabalho na transmissão de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados por autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil, desta forma que a formação profissional e a construção do herdeiro exigia que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob orientação dos pais ou trabalhadores adultos. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação dos camponeses.

O Decreto nº 6.481, de 12 de julho de 2008 – que regulamenta a Convenção 182 da OIT – inseriu o trabalho com o fumo na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, por suas possíveis repercussões sobre a saúde. Segundo o Decreto, as tarefas no cultivo e no beneficiamento do tabaco representam riscos para as crianças e os adolescentes decorrentes de esforço físico e posturas viciosas, exposição às poeiras orgânicas e seus contaminantes, como fungos e agrotóxicos, contato com substâncias tóxicas da própria planta, acidentes com animais peçonhentos, exposição sem proteção adequada à radiação solar, umidade, chuva, frio e acidentes com instrumentos perfuro-cortantes (MARIN; REDIN; COSTA 2014).

Um estudo realizado por Marin, Redin e Costa (2014) que investigou a percepções de jovens rurais sobre as restrições legais ao trabalho infantil no cultivo do tabaco desencadeada pelas Convenções 182 da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, no município de Arroio do Tigre, está concluiu que o trabalho é parte da formação do ser social, que deve ser ensinado e transmitido pelos pais através da experiência cotidiana, sendo assim, o trabalho dos jovens e das crianças não se trata de exploração de maior valia como acontece no trabalho assalariado, na opinião dos entrevistados.

Seguindo a análise verificou-se que 100% (14) dos entrevistados faz uso de agrotóxicos. Logo a pesquisa realizada com agricultores no sul do Brasil por Guterres et al (2007) citada por Ascari, Scheid e Kessler (2012), os trabalhadores entrevistados colocaram o uso de insumos químicos como um mal necessário para a plantação de fumo, desconsiderando os riscos destes produtos químicos.

Observou-se também que 93% (13) dos entrevistados gostam do seu trabalho como agricultor, embora a pesquisa realizada por Agostinnetto et al. (2000) mostra que a fumicultura é bastante exigente em termos de força de trabalho pois seu ciclo produtivo dura em média 10 meses do ano, sendo a época da colheita o período de maior demanda de trabalhadores e força pois dura em média 60 dias.

No quadro 5, a seguir, estão descritos os dados quanto aos agrotóxicos e o uso de EPIs.

Quadro 5 - Os agrotóxicos e o uso de EPIs (n=14)

VARIÁVEL	N	%
Tempo de uso dos agrotóxicos		
5 a 20 anos	4	29%
21 a 30 anos	3	21%
31 a 40 anos	2	14%
41 a 51 anos	5	36%
Qual agrotóxico você faz uso		
Herbicida + Fungicida	4	29%
Inseticida +Herbicida	2	14%
Todos	6	43%
Não souberam informar	2	14%
Usa EPI		
Sim	4	29%
Não	5	36%
Em partes	5	36%
Quais?		
- Chapéu	6	43%
- Máscara	9	64%
- Luva	9	64%
- Macacão	9	64%
- Bota	8	57%
Processo de higienização		
Não faz nada	2	14%
Toma banho	12	86%
Lavam roupa junto com as da família	2	14%
Lavam as roupas separadas	6	43%
Não lavam, reutilizando as roupas	6	43%
Fonte de informações sobre o uso de EPIs		
Orientador agrícola	8	57%
Orientador agrícola + Cursos	3	21%
Médico	1	7%
Nunca receberam	2	14%

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Dos estudados 100% (14) afirmaram usar mais de um tipo de agrotóxicos, 14% (2) entrevistados não souberam dizer quais, mas afirmaram usar mais de um. Nota-se a utilização de grande variedade de produtos, de diferentes marcas e princípio ativo. Dados esses que também foram encontrados nas pesquisas de Faria, Rosa e Facchini (2009) e Gregolis, Pinto e Peres (2012).

Dos trabalhadores entrevistados constatou-se que 71% (10) dos entrevistados faz uso incompleto ou não utiliza equipamentos de proteção. Os plantadores apontam esta prática como uma falha em suas atividades laborais, demonstrando-se conscientes da importância da utilização correta do EPI em 93% (13) dos entrevistados conforme as falas:

A2: “(...) É “bãõ”, porque protege né porque o veneno que ia vim na pele não vem né porque tá protegido”.

A14: “(...) Ah, os EPIs é “bãõ”, se não tem deus o livre a quantia de veneno que pode prejudicar as vistas e tudo quanto é parte do corpo”.

A8: “(...) Todo ano a firma é obrigatório pegar né, mas eu não uso sei lá, pra minha saúde acho que deveria usar completo”.

Fonseca et al, (2007) nos diz que conhecer a necessidade de se proteger não atenta necessariamente que isto seja feito, pois diversas vezes é nítido que não há relação direta entre o conhecimento de riscos e perigos integrados ao manejo do veneno e a utilização de medidas de proteção.

Além disso, 50% (7) dos agricultores relataram usar EPI apenas no momento de aplicação do veneno conforme as falas:

A11: “(...) Uso, uso sim; No tempo que tô passando né?!”

A14: “(...) Aquelas capa né? Sim, esse eu boto. Uso o traje completo aquele, tem casaco, toca aquela a calça tô sempre trabaiano de bota e os óculos aqueles, eu tenho o traje completo; cada veiz que eu boto veneno eu uso; mai eu uso na hora de bota veneno só.”

Para Siqueira e Kruse (2008), geralmente a exposição ocupacional dos agricultores ocorre por falta de informação ou incompreensão dos rótulos das embalagens. Sendo assim, os EPIs acabam não sendo utilizados no momento do preparo da calda. Sabe-se, no entanto que isso acontece principalmente pela falta de conscientização sobre os EPIs e seu uso adequado.

Seguindo pelo mesmo viés nos deparamos com relatos de fumicultores que fazem uso incompleto ou erroneamente dos EPIs. É de conhecimento que o uso de forma incompleta não oferece proteção segura, neste estudo enquadram-se 71% (10) dos casos de acordo com as falas:

A6: “Usava, as vezes, agora eu parei, eu uso outro tipo de proteção eu coloco um casaco pra me proteger e bota de borracha, é muito quente” (EPIs).

A10: “Na verdade eu utilizo só a máscara e de vez em quando a luva.”

Cabe traçarmos um paralelo com o estudo de Gregolis, Pinto e Peres realizado em Rio Branco/AC no ano de 2011, que afirma que o uso de roupas comuns expõe o trabalhador a intoxicação cutânea, pois o produto é absorvido pelo tecido quando a roupa fica molhada entrando em contato com a pele. Apesar de o agricultor fazer o uso destas roupas na intenção de proteger-se, esta prática apresenta-se como um fator de risco a intoxicação.

Ao serem questionados sobre os motivos da não adesão ao uso de EPIs, os trabalhadores rurais destacaram o desconforto e calor relacionado aos equipamentos. Queixas como esta, entre outras, foram identificadas também nos estudos de Silva (2006), Fonseca et al (2007), Faria, Rosa e Fachini (2009), Gregolis, Pinto, Peres (2012), Melo e Gonçalves (2014).

A11: “(...) *É muito quente, é muito quente é muito quente a gente não guenta dá um suador do cão*”.

A5: “(...) Só que é muito ruim d’gente usa né é muito quente”.

A6: “(...) *É bom “mior” alternativa que tem só que é quente, quando o sol esquenta vem o suor*”.

Para Veiga et al (2007) apesar dos EPIs conferirem maior segurança, também podem propiciar dificuldades operacionais aos trabalhadores, pois ha maior resistência à permeabilidade ou ao calor, por exemplo, podem estar associados ao menor conforto térmico, maior peso do equipamento e menor portabilidade.

No próximo quadro de número 6, estão descritos os dados relacionados à saúde desses trabalhadores referente ao uso dos agrotóxicos.

Quadro 6 – A saúde dos trabalhadores e os agrotóxicos (n=14)

VARIÁVEL	N	%
Já recebeu orientações sobre intoxicação?		
Sim	7	50%
Não	7	50%
Quem as forneceu?		
Orientador agrícola	6	43%
Posto de saúde	1	7%
Já apresentou sintomas de intoxicação?		
Sim	5	36%
Não	9	64%
Quais?		
- Irritação ocular	1	7%

- sudorese	1	7%
- Mal estar	2	14%
- Desconforto gástrico	2	14%
- Diarréia	1	7%
Já precisou afastar-se do trabalho?		
Sim	3	21%
Não	11	79%
Procurou serviço de saúde?		
Sim	3	21%
Não	11	79%
Qual?		
Hospital	1	7%
Posto de saúde	2	14%
Qual foi a causa? (n=3)		
Patologia hematológica	1	7%
Intoxicação por agrotóxico	1	7%
Hérnia de disco	1	7%
Qual foi o tratamento? (n=3)		
Não souberam informar	3	21%

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados em relação à intoxicação por agrotóxicos 63% (9) participantes relataram nunca terem sido acometidos. Já no estudo de Melo e Gonçalves (2014) mostra que 100% dos entrevistados afirmaram nunca teriam sofrido intoxicação por agrotóxicos. No entanto, acredita-se que muitos trabalhadores apresentam sinais precoces ou quadro de intoxicação e subestima a relação dos agrotóxicos a sintomas como cefaleia, vertigem, êmese, desconforto gástrico, irritação ocular, entre outros, pois acreditam que este é um processo inerente ao seu trabalho.

Desta forma, podemos notar um fator de relevância para a saúde o preparo de profissionais para atenção à Saúde do Trabalhador, pois 50% (7) dos entrevistados nunca haviam recebido orientações sobre intoxicações. Conforme Schoenhals, Follador, Silva, (2009) tem-se vivenciado o despreparo das equipes de saúde para relacionar os problemas de saúde aos agrotóxicos e muitos diagnósticos são dados incorretos. Os estudados quando questionados quanto ao acometimento de sinais e sintomas, 36% (5) relataram já terem sentido algum sintoma e destes apenas 7% (1) procurou o serviço de saúde o qual foi diagnosticado como intoxicação por agrotóxico. Os sintomas mais citados pelos intoxicados é desconforto gástrico e mal estar generalizado sendo citados por 14% (2) trabalhadores.

Estudos realizados no do Vale do São Francisco identificaram que dentre os pesquisados diagnosticados com intoxicação, a maior parte permanece em

suas atividades habituais, mesmo que o efeito acumulativo da exposição crônica possa causar danos mais sérios à saúde e ainda a incapacidade permanente para o trabalho (MOURA et al, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo investigar o uso, a frequência e o tipo de EPI utilizado durante a aplicação de agrotóxicos. O perfil da população estudada demonstra que a grande maioria são homens, com predomínio de idade acima de 40 anos, com ensino fundamental incompleto, casados e com filhos. Atualmente executam trabalho como agricultor na fumicultura. Em sua maioria possuem histórico de trabalho infantil precoce na agricultura, sendo assim, com trabalho pesado exigindo grande esforço físico, responsabilidades de adultos, sobretudo expostos em longo prazo aos agrotóxicos, além disso, evidenciou-se que todos os trabalhadores utilizam mais de um tipo de agrotóxico, seguindo a mesma linha de raciocínio, nenhum dos entrevistados utiliza o equipamento de proteção individual (EPIs) de forma correta o que expõe ainda mais o produtor aos riscos químicos, além dos físicos, biológicos, ergonômicos, psicossociais, mecânicos ou acidentais que o produtor já está exposto diariamente. A partir dos dados obtidos ainda, conclui-se que os trabalhadores estudados notam a importância da utilização do EPI completo, porém não utilizam alegando desconfortos físicos ou por falta de informações.

Além disso, o baixo grau de escolaridade é fator contribuinte para a dificuldade de compreensão dos fumicultores na leitura, incompreensão ou negligência das normas de segurança recomendadas para o manuseio destes produtos, disponíveis nos rótulos das embalagens. A baixa escolaridade também restringe a atuação desta mão de obra no mercado de trabalho fora do campo, o que praticamente obriga os produtores a manterem-se em suas unidades de produção para no mínimo garantir a sobrevivência de suas famílias.

O trabalho de crianças e jovens no cultivo de tabaco é considerado perigoso pelos riscos apresentados à saúde, devido ao contato direto com os agrotóxicos à sua intensidade e penosidade deste trabalho, fatores que afetam o desenvolvimento físico e psicossocial de seres humanos em processos de formação, porém esta é uma tradição secular da própria agricultura familiar que o próprio nome diz “família” sendo assim, até hoje nota-se que os jovens

mostram-se solidários quanto às necessidades e os compromissos com seus pais.

Apesar de a fumicultura ser uma atividade de trabalho que exige força física constante, a exposição de grande quantidade de agrotóxicos e demais riscos já citados os agricultores entrevistados em sua grande maioria gostam do trabalho no campo devido à garantia de comercialização da safra e também por ser “*patrão de si*” desta forma, com flexibilidade de horários e dias para trabalho.

A falta de orientação quanto aos sinais e sintomas de intoxicação é motivo que impede o trabalhador, na presença de um quadro de intoxicação, a não procurar atendimento médico, a não procura por atendimento coloca em risco a vida dos trabalhadores e contribui para a subnotificação dos casos.

Os resultados indicam o despreparo de profissionais das áreas da saúde quanto a orientações de risco e sensibilização no combate a desinformação da população. O enfermeiro da atenção básica, junto com sua equipe, necessita conhecer a população na qual desenvolve suas atividades para assim orientar os fumicultores sobre os riscos aos quais estão expostos em suas atividades. A enfermagem com o seu objetivo principal que é o cuidar, deve estar em constantes capacitações, aprimorando seus conhecimentos, facilitando e criando vínculos de confiança com sua população podendo orientar os trabalhadores rurais e assim promovendo ações de promoção da saúde e prevenção de doença. Incluir esse tema como pauta de discussão, tanto na prática quanto na formação de profissionais de saúde é uma estratégia necessária que beneficia especialmente os produtores rurais.

Por fim, notamos que as condições de trabalho e saúde da população rural, são delicadas, compreendendo os riscos aos quais estão expostos, tornando-se uma população vulnerável devido a pouca importância concedida pela sociedade e também dos órgãos públicos, a ação pública deve ser repensada com o objetivo de melhorar as condições bem como a qualidade de vida dos trabalhadores, pois somente através de esforços dos diversos seguimentos haverá efetividade diante da problemática e significativa minimização dos riscos desta população.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, P. H. B.; ALONZO, H. G. A. Trabalho rural e riscos à saúde: uma revisão sobre o “uso seguro” de agrotóxicos no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v.19, n.10, 2014.

AGOSTINETTO, Dirceu et al. CARACTERIZAÇÃO DA FUMICULTURA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS. *Rev. Bras. de Agrociência*, Pelotas, v. 6, n. 171-175, p.1-5, maio 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAST/article/view/321>>. Acesso em: 15 set. 2017.

ALMEIDA, Eva Aparecida et al. Agrotóxicos e o risco à saúde entre fumicultores. *Publictio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde*, Ponta Grossa, v.17, n.2, 2011.

ALVES FILHO, José Prado. *Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos*. São Paulo: Annablume, 2002.

ANDEF. *Manual de uso correto de equipamentos de proteção individual*. São Paulo: 2003.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Cartilha sobre Agrotóxicos*. Brasília, 2011.

ARROIO DO TIGRE, Prefeitura Municipal de. Disponível em: <<http://www.arroiodotigre.rs.gov.br/site/index.php/2013-10-24-00-53-36/perfil.html>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ASCARI, Rosana Amora; SCHEID, Márcia; KESSLER, Marciane. FUMICULTURA E A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS: *Riscos e Proteção da Saúde*. *Revista Contexto & Saúde, Ijuí*, v. 12, p.1-10, jul. 2012. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1840>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRAIN & COMPANY; GAS ENERGY. Estudo do potencial de diversificação da indústria química brasileira –Relatório 3 – *Defensivos agrícolas*. São Paulo: edição Brain & Company, 2014.

BRASIL. Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 de julho de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7802.htm> Acesso em: 02 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores Expostos a agrotóxicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CARVALHO, Geraldo Mota de. *Enfermagem do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.

CASALI, A. L. et al. Nível de capacitação e informação de operadores de máquinas para a aplicação de agrotóxicos. *Revista Ciência Rural*, Santa Maria, v.45, n.3, mar. 2015.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, jan./mar. 2007.

FARIA, N. M. X.; ROSA, J. A. R.; FACCHINI, L. A. Intoxicações por agrotóxicos entre trabalhadores rurais de fruticultura, Bento Gonçalves, RS. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.43, n.2, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. Ed., ver. e ampl Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p. ISBN 85-209-1010-6

FERREIRA, Haroldo da Silva. *Redação de trabalhos acadêmicos: nas áreas das ciências biológicas e da saúde*. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.

FIALHO, R.R.; GARCIA, E.L.; O trabalho dos agricultores e agricultoras familiares da cultura do fumo em suas implicações nos processos de saúde-doença. *Revista Redes*, Santa Cruz do sul, v.8, n. 2, p. 139-154, 2003.

FILHO, M. M.; PEREIRA, R. C. Manejo, uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e intoxicação por agrotóxicos entre os trabalhadores da lavoura do Morango do Sul de Minas Gerais. *Revista Espaço Para Saúde*, Londrina, v.13, n.1, dez. 2011.

FONSECA, M. G. U. et al. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo de agrotóxicos. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, jan./mar. 2007.

GREGOLIS, T. B. L.; PINTO, W. J.; PERES, F. Percepção de riscos do uso de agrotóxicos por trabalhadores da agricultura familiar do município de Rio Branco, AC. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.37, n.125, 2012.

GUTERRES, A. et al. Agroecossistemas produtores de fumo: uma reflexão a partir de estudo de caso em Novo Cabrais/RS. *Rev. Bras. Agroecologia*, v. 2, n. 1, fev. 2007.

LEOPARDI, Maria Tereza. *Metodologia da pesquisa na saúde.* 2 ed. rev. e atual. – Florianópolis, 2002.

LIMA, Ronaldo Guedes de. *Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira.* Sociologias no. 18 Porto alegre jul/dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200010> acesso em 28 de setembro de 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa.* 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; REDIN, Ezequiel; COSTA, Felipe Ferrari da. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, [s. L.], v. 194, n. 159, p.1-36, jan. 2014. Disponível em: <http://relet.iesp.uerj.br/Relet_31/7 - Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco - RELET 31 - WEB.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; SCHNEIDER, Sergio; VENDRUSCOLO, Rafaela and SILVA, Carolina Braz de Castilho. O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. *Rev. Econ. Sociol. Rural*[online]. 2012, vol.50, n.4, pp.763-786.

MELICZEK, Hans. *A política da FAO para a promoção da agricultura familiar.* Redes, Santa Cruz do sul, v.8, n. 2, p. 45-66, 2003.

MELO, J. B.; GONÇALVES, S. J. C. Fatores que predispõem a intoxicação por agrotóxicos no município de Paty dos Alferes. *Revista Pró-UniverSUSI*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez. 2014.

MESQUITA FILHO, Marcos; PEREIRA, Rita de Cássia. MANEJO, USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) E INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS ENTRE OS TRABALHADORES DA LAVOURA DO MORANGO DO SUL DE MINAS GERAIS. *Revista Espaço Para A Saúde*, Londrina, v. 14, n. 1, p.23-34, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOURA, L. T. R. de et al. Perfil epidemiológico dos casos de intoxicação por agrotóxicos. *Revista de Enfermagem UFPE On line*, Recife, 8, (supl. 1), jul., 2014.

MOURA, L.S.; PEIPER,; C.I.; REIS, J.M.; *O processo de expansão da agricultura do fumo na agricultura familiar.* 2007. Disponível em <http://www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CA/CA_01830.pdf> acesso em 02 de agosto de 2017.

OPAS/OMS. *Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.* Brasília (DF), 1997

PERES, F.; MOREIRA, J. C., orgs. *É veneno ou é remédio? : agrotóxicos, saúde e ambiente* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Universidade FEEVALE. 2º ed. Novo Hamburgo, RS, 2013.

RANGEL, C. F.; ROSA, A. C. S.; SARCINELLI, P. N. Uso de agrotóxicos e suas implicações na exposição ocupacional e contaminação ambiental. *Cadernos Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.435-442, 2011.

SCHOENHALS, M.; FOLLADOR, F.A.C.; SILVA, C.; *Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, a saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco*. *Revista Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal* V.6, n.2, p. 016-037, 2009.

SILVA, Marcelino Viana da. *A utilização de agrotóxicos em lavouras cafeeiras frente ao risco da Saúde do Trabalhador Rural no Município de Cacoal – RO (Brasil)*. Curso de Pós Graduação em Ciências da Saúde. Faculdade de Ciência da Saúde. Brasília, 2006.

SIQUEIRA, Soraia Lemos de; KRUSE, Maria Henriqueta. *Agrotóxicos e saúde humana : contribuições dos profissionais do campo da saúde* Autor Siqueira, Soraia Lemos de.2006. 7 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/142579>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SOUZA, Kássia. *FATORES LABORAIS QUE PREDISPÕEM À INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS: ESTUDO EM PANTANO GRANDE/RS*. 2016. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1351>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

VEIGA, M. M. et al. *A contaminação por agrotóxicos e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)*. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v.32, n.116, 2007.

7 ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

- 1) Codinome
- 2) Idade
- 3) Sexo
- 4) Estado Civil
- 5) N° de Filhos
- 6) Escolaridade
- 7) Tipo de Relação Trabalhista (proprietário, arrendatário, assalariado, temporário)
- 8) Tempo de trabalho como agricultor:
- 9) Gosta do trabalho: () Sim () Não. Porquê?
- 10) Tempo de uso dos agrotóxicos :
- 11) Quais agrotóxicos utiliza?
- 12) Utiliza EPI () Sim () Não.
 - Quais?
 - Quando?
 - Como?
 - O que pensa sobre o uso de EPI's
- 13) Processo de higienização após uso: Corpo? Roupas?
- 14) Fonte de informações sobre a utilização de EPI's: Posto; mídia; orientador agrícola.
- 15) Já recebeu orientações sobre a prevenção de intoxicação por agrotóxicos? () Sim () Não.
 - Quem as forneceu?
 - Qual a periodicidade?
- 16) Já apresentou sinais e sintomas? Quais?
- 17) Já precisou se afastar do trabalho () Sim () Não
 - Consulta?
 - Internação?
 - INSS?
- 18) Procurou serviço de saúde? Qual?
- 19) Qual foi o diagnóstico? (nome da doença)
- 20) Qual foi o tratamento:

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Titulo: O uso de equipamento de proteção individual durante a aplicação de agrotóxicos: um estudo com agricultores no interior do RS

No trabalho agrícola existem muitos agravos à saúde relacionada ao trabalho os quais poderiam ser amenizados se houvesse maior explanação do assunto para os trabalhadores, sobre os riscos aos quais estão expostos no seu dia a dia. Assim, percebe-se uma necessidade de incentivar os agricultores juntamente com sua família para dedicarem-se mais ao cuidado com sua própria saúde e bem-estar, utilizando o equipamento de proteção individual, prevenindo supostos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Esta pesquisa objetiva investigar o uso a frequência e o tipo de EPI durante a aplicação de agrotóxicos por trabalhadores rurais no município de Arroio do Tigre, no 2º semestre de 2017.

A pesquisa não apresentará riscos aos participantes, e as pessoas serão convidadas a participar desta pesquisa através de uma entrevista semi-estruturada composta por questões abertas e fechadas, realizada pela própria pesquisadora. Todos os participantes terão a liberdade de recusar ou desistir de participar da pesquisa desde que comunique a pesquisadora. Os resultados da pesquisa serão enviados a Secretária Municipal de Saúde do município para que possam divulgar os resultados e avaliar a necessidade de implementar ações de promoção de saúde e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho da população pesquisada. Todas as análises serão realizadas de forma confidencial, sigilosa e as publicações não incluirão dados que possam identificar o entrevistado.

Acesso às informações:

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Eu (NOME DO ENTREVISTADO) declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida a cerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.
- é possível que aconteça algum desconforto ou constrangimento, não havendo riscos. Caso você se sinta prejudicado poderá manifestar seu desconforto e retirar-se da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa são a prof^a Micila Pires Chielle Fone (51) 9.9739-7790 e a acadêmica Bruna Finkler (51) 9.9793-6977.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: 051 3717 7680.

Data __ / __ / _____

Nome do Voluntário

Nome do responsável pela
obtenção do presente
consentimento

7.1 ANEXO A – CARTA DE ACEITE



TERMO DE ACEITE INSTITUCIONAL

Eu, VEREDIANA LIMBERGER, Secretária Municipal da Saúde de Arroio do Tigre – RS, conheço o protocolo de pesquisa intitulado “O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO INTERIOR DO RS”, desenvolvido pela acadêmica Bruna Finkler, sob a orientação da profª Micila Pires Chielle, do curso de Enfermagem, da Universidade de Santa Cruz do Sul, bem como os objetivos e a metodologia que será desenvolvida, ficando autorizado o desenvolvimento da pesquisa no Estratégia de Saúde da Família Unidos pela Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde de Arroio do Tigre.

Os resultados apurados poderão, eventualmente e dentro das possibilidades, ser utilizados para formulação e execução de programas de melhoria na saúde pública a nível comunitário ou público municipal, isoladamente ou em conjunto com o município de Arroio do Tigre.

Arroio do Tigre, 22 de agosto de 2017.

Verediana Limberger
 VEREDIANA LIMBERGER
 Secretária Municipal da Saúde
 Verediana Limberger
 Secretária Municipal
 da Saúde
 CPF – 958 465 700 - 91

7.2 ANEXO B – Parecer do CEP



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO INTERIOR DO RS

Pesquisador: MICILA PIRES CHIELLE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74347517.2.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.248.975

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa da aluna Bruna Finkler orientado pela profª. MICILA PIRES CHIELLE intitulado "O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DURANTE A APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS: UM ESTUDO COM AGRICULTORES NO INTERIOR DO RS" A pesquisa será realizada no município de Arroio do Tigre/RS que possui três postos de saúde localizados nas sedes distritais, duas equipes de estratégia da saúde da família (ESF) sendo uma no meio rural abrangendo três distritos, quatro postos de saúde e uma equipe localizada na área urbana e na sede uma unidade básica de saúde. Os sujeitos do estudo serão agricultores residentes do município de Arroio do Tigre/RS que possuem cadastro na ESF da área rural e utilizam agrotóxicos. O presente trabalho visa analisar o uso de equipamentos de proteção individual (EPI's), durante a aplicação de agrotóxicos em suas produções.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar o uso e a qualidade do uso de equipamentos de proteção individual (EPI's) durante a aplicação de agrotóxicos por trabalhadores rurais de Arroio do Tigre/RS.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 6, sala 603

Bairro: Universitário **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 2.248.975

- Traçar o perfil sociodemográfico da região;
- Identificar o uso e a qualidade do uso de EPI;
- Analisar se há uso de agrotóxicos nas propriedades rurais;
- Averiguar se há patologias ou sintomas relacionados ao uso de agrotóxicos;
- Conhecer o acesso à informação sobre o tema por parte dos trabalhadores;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Risco emocional, constrangimento

Benefícios:

Benefício social

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem considerações

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Carta de aceite presente;

Folha de rosto presente;

Orçamento presente;

Cronograma presente;

Projeto presente;

TCLE presente, mas não descreveu os riscos;

Recomendações:

Descrever os riscos no TCLE;

Rever início da coleta de dados;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Descrever os riscos no TCLE;

Rever início da coleta de dados;

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto pendente de aprovação pelas seguintes razões:

- Descrever os riscos da pesquisa no documento TCLE;
- Rever início da coleta de dados, refazendo o cronograma da pesquisa em todos os documentos que o exigirem.

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 6, sala 603

Bairro: Universitario CEP: 96.815-900

UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
UNISC-PS

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 2.248.975

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_978088.pdf	23/08/2017 18:51:55		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ACEITE.pdf	23/08/2017 18:51:12	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito
Cronograma	CRONO.pdf	23/08/2017 18:49:30	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito
Orçamento	PILAS.pdf	23/08/2017 18:49:01	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	FINAL.pdf	23/08/2017 18:40:17	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito
Folha de Rosto	001.pdf	22/08/2017 20:30:37	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	12/08/2017 09:44:17	MICILA PIRES CHIELLE	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA CRUZ DO SUL, 30 de Agosto de 2017

Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador)

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 6, sala 603

Bairro: Universitario CEP: 96.815-900

UF: RS Município: SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br